

**CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO
ARQUITETURA E URBANISMO**

Aluna: Marina Sandeville Stávale Joaquim

Orientador: Sérgio Ricardo Ortiz Lessa

VIDAS SOB A PAISAGEM

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE DOIS PARQUES COM REMANESCENTES DE TERRORISMO ESTATAL EM SOLO LATINO-AMERICANO: EXPERIÊNCIAS DE GERAÇÃO DE MEMÓRIA, PERTENCIMENTO E TRANSFORMAÇÃO

RESUMO

A problemática identitária latino-americana tem sido abordada em diversas áreas do conhecimento e, também, na área de arquitetura, urbanismo e paisagismo. Para além da questão puramente econômica e política, a maneira como se deu a apropriação do território e a construção da paisagem após o advento da colonização criou povos com identidade fragmentada, desassociados de seus passados, alienados de suas narrativas e, por consequência, incapazes de distinguir suas verdadeiras necessidades e projetos pertinentes de futuro. Para Ramón Gutiérrez, o papel do arquiteto é interferir na vida urbana de forma a compreender essas necessidades e ajudar a recriar noções ativas de pertencimento e de apropriação histórica, gerando uma identidade autêntica. À luz desta perspectiva, o presente trabalho elegeu como estudos de caso o Parque da Juventude (São Paulo, Brasil) e o Parque da Memória às Vítimas de Terrorismo de Estado (Buenos Aires, Argentina). Ambos os parques carregam marcas sólidas de violência estatal: o primeiro, um dos maiores massacres carcerários da história do Brasil, o Massacre do Carandiru; o segundo, a ditadura militar mais violenta da América Latina, contabilizando quase 30.000 mortos e desaparecidos. Os contextos nacionais de ambos compartilham estrutura comum ao mesmo tempo que especificidades. O mesmo ocorre com os respectivos parques, em termos de concepção, partido, objetivos. O artigo procura investigar de que maneira os processos de concepção dos parques e sua realidade material pós-ocupacional, considerando os contextos em que se inserem, propiciam ou dificultam a geração de espaços de memória que sejam potencialmente motores de transformação social.

ABSTRACT

Latinamerican issues have been studied in many research fields, as well as in Architecture, Urban and Landscape Design. Not only does the matter have economic and political consequences, it has also got an impact on people's relationship to the territory, due to the way landscape and space were dealt with in the context of colonization. This has created peoples with fragmented identities, who were disassociated from their pasts, alienated from their own narratives and, thus, incapable of realizing their real necessities or creating pertinent projects for their future. Ramón Gutiérrez states that the role of the architect is to interfere in urban life as to understand those needs and help recreate active notions of belonging and historical appropriation and generating an authentic identity. Taking that into consideration, this article has selected as case studies Parque da Juventude (São Paulo - Brazil) and Parque de la Memoria a las Víctimas de Terrorismo de Estado (Buenos Aires - Argentina). Both parks bear profound scars of State terrorism: the former, one of Brazil's ghastliest massacres, the Massacre of Carandiru; the latter, the most violent military dictatorship in Latin America, which registered almost 30.000 victims. Both national contexts share a common structure, as well as diverse contingencies. So do the selected parks, in terms of conception, architectural party and objectives. The article seeks to investigate in what manners their process of conception and material post-ocupational reality may elicit or not the generation of memorial places with the potential to become engines of social transformation.

1 INTRODUÇÃO

O território atualmente conhecido como América Latina foi, ao longo de sua história, alvo de diversas disputas territoriais e coloniais. O conceito de latino-americano emergirá em meio a um movimento constante de destruição e reconstrução, interação e dominação de culturas, traduções e transculturações (GUTIÉRREZ, 1989). As violências físicas e simbólicas marcam seu caminho por todas as sensações humanas: o corpo, o tempo e o espaço. Sendo assim, a arquitetura e a paisagem urbana refletem o que se passa na sociedade e, na medida em que há projeto e intervenção, o espaço onde se vive também reflete ideologias e ideias de passado, presente e futuro (WAISMAN, 2013). A arquitetura é o único documento histórico vivenciado pelas as pessoas em seu cotidiano. Nesse sentido, a metáfora da destruição da história se dá na destruição do patrimônio; a metáfora da distorção da história se dá na forma de se escolher e preservar o patrimônio; e a forma de conter o

avanço de um povo se dá na dissociação da relação do passado com o presente e, principalmente, do passado com o futuro (GUTIÉRREZ, 1989).

Identidade, para Ramón Gutiérrez, não é meramente um conceito discursivo de legitimação de indivíduos com foco em sua subjetivação. Ao contrário, é um conceito pragmático relativo à coletividade, desenvolvendo-se de forma dialética com suas necessidades materiais, seu ambiente, sua paisagem cultural e natural, e que traça a possibilidade conhecimento necessária para que um povo saiba suas necessidades e escolha seu devir. É um conceito de identidade não apenas temporalizado como espacializado. Há muitos povos distintos no território latino-americano, com identidades plurais e frequentemente contraditórias. Grande parte desses povos também tem sua identidade fragmentada. No entanto, o autor argumenta que as problemáticas comuns devido à colonização ibérica são inegáveis e que esta vivência plural também influencia na construção da identidade; e que é possível, sem apagar as contradições, construir uma identidade a partir delas.

Para compreender os modos com os quais esta construção pode ser iniciada, Gutiérrez analisa formas de relação da população com a paisagem e as influências de uma tal interação com a história, em todas as suas temporalidades, e as consequências identitárias geradas a partir das diferentes formas de apropriação do espaço – espaço este que também sugere, em si, as formas de apropriação ou alienação que serão resultantes. Divide, assim, a pertinência ao espaço entre passiva e ativa. A pertinência passiva seria aquela que vê o passado como estático e encerrado, com um olhar nostálgico e uma atitude de evasão. Este tipo de relação com a história não seria gerador de identidade e de movimentação. Já a pertinência ativa é o “único caminho que resgata o passado como atualidade do presente e condicionante do futuro” (GUTIÉRREZ, 1989, p.24), e isto dá vitalidade ao pertencimento e enriquece constantemente a identidade. O pertencimento real é dinâmico e possibilita reforçar, prolongar e desenvolver o legado.

O Parque da Memória às Vítimas de Terrorismo de Estado, em Buenos Aires, Argentina, é um parque imerso nas questões supracitadas. A Argentina sempre foi palco de disputas internas e externas, tanto por sua localização estratégica em relação ao Rio da Prata, como por núcleos fortes de resistência indígena e regiões marcadamente distintas entre si social, econômica e culturalmente (ROMERO, 2001). Apesar das diferenças e constantes conflitos de interesse, houve desde cedo um sonho de unificação das diferentes regiões, gerando diversos problemas relativos a quem estaria no comando, onde seria a capital etc. O país se organizará em torno de Buenos Aires, às margens do Rio da Prata, principal polo econômico da região. Em um microcosmo, é o tipo de união de

identidades contraditórias ao qual Ramón Gutiérrez, ele próprio argentino, se refere. A história avança e, em meio a muitos conflitos, a década de 70 se impõe, como para quase todos os países da América Latina, com uma brutal ditadura militar, incentivada por capital internacional, visando ao escancaramento do país para o estrangeiro e a eliminação de todas as forças contrárias (ROMERO, 2001). E foi assim que, em seis anos, as organizações de direitos humanos estimam que 30.000 pessoas tenham desaparecido ou sido assassinadas por motivos políticos. Em 1998, sanciona-se com força de lei pela prefeitura de Buenos Aires e órgãos de Direitos Humanos que se destine, em região costeira ao Rio da Prata, integrado como caminho da orla, um parque-monumento em homenagem aos detidos, desaparecidos e assassinados pelo terrorismo estatal (DOCUMENTO 1), com o objetivo de que “la sociedad tome conciencia de que nunca más deben producirse violaciones a los derechos humanos” (DOCUMENTO 2). Seria imperativo que o monumento possuísse todos os nomes das vítimas até então apuradas, e lugares para a inserção de novas apurações. Realizou-se um concurso e o projeto vencedor seria realizado apenas dez anos depois. Neste parque, o caminho principal é acompanhado por muros longos que descrevem um percurso ascendente e lento ao lado de inúmeros nomes a perder de vista.

O autoritarismo marca a história do território sulamericano desde o século XV. O Brasil, assim como a Argentina, também foi palco de inúmeros conflitos de interesse decorrentes da segmentação imposta pela dominação colonial, e compartilha de uma história de séculos de escravidão e autoritarismo contra breves décadas de democracia (FERNANDES, 1975).

Talvez o Brasil seja um dos maiores detentores da pluralidade identitária à qual Gutiérrez se refere: convivem no país etnias de todos os continentes. Mas, em vez de esta realidade gerar uma mestiçagem amigável, geradora de uma “democracia racial” à la Gilberto Freyre nos anos 30, autores contemporâneos como Jessé de Souza (SOUZA, 2017) apontam o fato de que esta “mesclagem” se deu de forma assimétrica e violenta. O próprio Ramón Gutiérrez entenderá que o encontro entre culturas não é uma troca horizontal entre dois fenômenos claros, e sim uma hierarquia entre uma cultura transmissora e uma receptora. Em suas raízes autoritárias, o Brasil tem, sobre a Argentina, o fardo da massiva escravização, tortura, estupro e assassinato sistemático de pessoas negras – que não é, de forma nenhuma, algo democrático. A ditadura militar brasileira termina oficialmente em 1985 e o massacre do Carandiru acontece em 02 de outubro de 1992. No relato de Sales ao El País (ALESSI, 2017), o ex-detento e sobrevivente do massacre denuncia que além dos 111 assassinatos que constam em relatos oficiais do governo, houve tortura, jogavam-se

em fila presos do quinto andar, levavam-nos vivos e gritando junto aos cadáveres. 89 das 111 vítimas não tinham ainda sido julgadas. A ONU, em 2016, acusou o sistema prisional brasileiro de atentados aos direitos humanos e de racismo institucionalizado (MÉNDEZ, 2016), contando com 70% de negros em confinamento.

É no contexto do projeto de desativação do presídio que abrigou uma catástrofe de nível nacional que, em 1999, nasce o edital, promovido pelo governo do estado e pelo IAB, para a construção de um parque ao lado do metrô Carandiru: em cima do local do presídio. A desativação efetiva do equipamento se inicia em 2002 (CALLIARI, 2007). O concurso pedia um parque com equipamentos esportivos e educacionais. Rosa Kliass, junto a Aflalo & Gasperini, vencem o concurso e o parque será inaugurado aos poucos, primeiro as quadras, até a área institucional em 2007. Ruínas do presídio, celas, e uma muralha de vigia foram mantidas em forma de passeio no local onde um dos maiores massacres carcerários da história do Brasil teve lugar.

2 PARQUE DA MEMÓRIA ÀS VÍTIMAS DE TERRORISMO DE ESTADO

O concurso nacional para o Parque da Memória foi vencido pelo escritório Baudizzone, Lestard, Varas, Ferrari y Becker. Pelo edital do concurso, o parque e o monumento seriam acompanhados de uma composição poliescultural de mesma temática distribuídas pelo terreno, sendo cada obra selecionada em concurso de abrangência internacional. No Anexo I do edital do concurso (DOCUMENTO 1), descrevem-se as condicionantes de desenho. Entre elas, a implantação em contato direto com o rio, sem nenhuma interposição de instalações ou qualquer elemento que se coloque entre o monumento e o curso d'água; “franca percepción visual desde las vías de circulación peatonal y vehicular”; máxima acessibilidade; máxima segurança para prevenir atentados. Isto significa que desde a concepção do concurso já se havia definido como essencial que o parque participasse da vida de grandes fluxos de desfrute dos cidadãos e turistas da cidade (ANEXO A). O perímetro às margens do rio, pela maior parte de sua extensão, é rico em equipamentos de lazer, áreas verdes e equipamentos públicos diversificados. Além do passeio da orla, uma grande via, a Av. Leopoldo Lugones, que conecta a cidade em eixo leste-oeste, acompanhando a orla. O entorno do terreno é constituído também por uma série de equipamentos de lazer de grande porte, como o Parque Aquático, o Parque Norte, a reserva florestal e o estádio. Além disso, encontram-se nas imediações a Faculdade de Arquitetura e Design da Universidade de

Buenos Aires e um aeroclube. O Documento 1 atesta que o parque se inseriu em um programa de incentivo para o desenvolvimento da área da Cidade Universitária da cidade de Buenos Aires.

A entrada do parque pela avenida é bastante restrita, seguindo um gradil que é interrompido por um pequeno pavilhão de entrada, de linguagem marcante, e com controle de acesso, em consonância com a pauta de segurança do edital (DOCUMENTO 1). O interior do parque possui dois eixos principais, da Universidade para a orla a Leste, e do pequeno pavilhão para a orla em sentido Norte. Esculturas de conteúdo político se espalham ao redor de todo o parque (ANEXO A). O caminho Norte-Sul é acompanhado por altos muros contendo cerca de 30.000 nomes de pessoas assassinadas e desaparecidas no período ditatorial. O trajeto para Norte culmina na escultura "Reconstrucción del retrato de Pablo Míguez", de Claudia Fontes, em memória ao menino Pablo Míguez, de nove anos, que desapareceu com sua mãe.

A visita de campo foi guiada por um dos arquitetos responsáveis pelo projeto, Alberto Varas. Acadêmico e catedrático da Universidade de Buenos Aires, com publicações por universidades do mundo inteiro, como a Universidade de Palermo e a Universidade de Harvard, Varas tem uma prática projetual muito atrelada ao discurso e a concepções teóricas sólidas. Em seu livro Buenos Aires: Metrópolis, dialoga diretamente com o historiador e arquiteto Ramón Gutiérrez (VARAS, 1997). Nesta obra, reitera diversas vezes a relação entre planejamento urbano e democracia.

É dentro de sua vivência e de seu pensamento que se darão as bases para a concepção do parque que, segundo ele, é quase mais escultórico do que arquitetônico. Para Varas, o espaço público é a marca de uma sociedade democrática (VARAS, 1997). Tanto Gutiérrez como Varas criticam atitudes de ruptura histórica e de importação de modelos externos de forma acrítica: para países latino-americanos, o primeiro, e para a Argentina, o segundo. A identidade urbana, para Varas, teria se “suprimido”, principalmente durante períodos autoritários. A revalorização desta identidade e dos espaços públicos teria se dado apenas com o período democrático. A presença desses espaços seria, para ele, um edificador de identidade, da apropriação do espaço e da criação de um “novo civismo democrático” (VARAS, 1997).

Assim sendo, Varas explica, citando Jorge Luís Borges, que o imaginário portenho se vê entre dois desertos: um de morros, os pampas, e um de águas, o Rio da Prata. Remetendo a essa dicotomia e à ideia de ascensão, Varas cria um morro artificial para que água e pampas se encontrem por meio da memória. O arquiteto revela que o plano edificado e o monumento do caminho central do parque adquirem a linguagem de uma cicatriz, uma ruptura e um rasgo na paisagem, que também

significam uma cisão entre o que é e o que deveria ser. A subida entre os muros, onde o indivíduo é acompanhado por dezenas de milhares de nomes ao longo de quase trezentos metros, é longa e descontínua. Varas conta que muitas pessoas criaram uma percepção da quantidade de energia necessária para realizar o caminho, que parecia não acabar. No entanto, não queria passar uma mensagem pessimista, que apenas desanimasse as pessoas. Por isso, abriu visuais ao longo do caminho, para a água, para a Universidade, para dar um respiro aos visitantes, uma leveza para continuar caminhando.

Quando perguntado a respeito da diferença do impacto histórico de um parque em relação a outras formas de se contar a história, Varas responde que houve alguns embates em discussões a respeito da concepção do projeto. Primeiramente, Varas aponta que as organizações entendiam o conceito ou a pertinência de um parque-monumento. Contudo, narra que alguns monumentos em frente à casa rosada foram retirados, substituídos, recolocados. “Um parque não se pode retirar”. Mencionou, também, que o Parque da Memória figura no plano de ensino básico das escolas de Buenos Aires. Isto é reiterado pela carta de resolução do Senado nacional (DOCUMENTO 2).

Outra disputa foi a respeito do programa do parque. Inicialmente, solicitava-se que fosse exclusivamente um monumento. A equipe de Varas insistiu no programa do café e de um pavilhão, uma sala onde o propósito fundamental do parque pudesse se realizar plenamente: o encontro democrático. O final da entrevista se deu, precisamente, nas salas do pavilhão.

Ao se observar o parque, mesmo à temperatura de 14°C do inverno argentino, verificava-se atividade. Devido ao caminho da orla, o entorno estava pleno de bicicletas, pessoas correndo e fazendo esportes. No entanto, podiam-se perceber também pessoas dentro do parque. Brincando com seus cachorros, descansando nos bancos, recostadas nos muros, jogando futebol, namorando. Crianças com patinetes, devido à sutil entrada com baixa declividade, desavisadamente iniciam o caminho do monumento. Algumas pessoas percorrem os muros, lendo atentamente os nomes de pessoas desconhecidas e suas idades. 17, 15 anos, 70 anos, grávidas, bebês. Um homem, presumivelmente pai passa com sua filha apontando as placas. Flores podem ser encontradas em meio a outras. As pessoas tenderam a percorrer, no dia observado, pelo menos a maior parte do percurso. (ANEXO A)

Ainda que, num primeiro momento, um jogo de futebol possa parecer contraditório com a memória do local, estas atividades diversas também indicam que ocorre apropriação dos cidadãos, e que o tema árido que o parque contém não afasta nem impede as pessoas de vivê-lo. Pela passagem das

peças que faziam o caminho dos muros com atenção, lendo os nomes ali gravados, também pudemos observar que o fato de o parque ser apropriado para o lazer não anulou seu caráter político, que continua trazendo pessoas que seguem lendo as inscrições, por centenas de metros, ainda que os muros não contenham nada além de quase 30.000 nomes desconhecidos. Torna-se evidente que as qualidades do projeto facilitaram o contato das pessoas com essa história. O fato de que as crianças de patinete adentram o monumento sem notar demonstra a fluidez com a qual, sem se perceber, de repente se é levado pelo passeio. É bastante importante que um projeto de tamanha relevância histórica atraia para dentro de si pessoas desavisadas, convide-as a saber o que se passou naquele país.

O projeto interdisciplinar que engloba o parque também é a ilustração precisa do tipo de agência sobre o espaço e o tempo ao qual Ramón Gutiérrez se refere. Não foi apenas um projeto de arquitetura que foi construído, foi um projeto integrado, chamando artistas, arquitetos, urbanistas, legisladores e, finalmente, o plano educacional. E este tipo de intervenção consciente e investigativa é que gera espaços apropriados para a geração de consciência. Os arquitetos e equipes compreenderam as necessidades reais da população e, por isso, pudemos observar os fortes indícios, observados acima, de geração e apropriação de uma memória transformadora que atravessará os tempos e marcará o território e a sociedade.

3 PARQUE DA JUVENTUDE

O Parque da Juventude é uma grande oportunidade para estudo da contradição posta por Ramón Gutiérrez a respeito de pertencimento passivo ou ativo: a questão não é apenas manter o documento e a memória, mas *como* e *com qual intuito* ambos são mantidos. Um parque de sucesso, como este, intensamente usado e frequentado em todas as suas áreas, com ampla variedade de atividades, tipicamente gera pertencimento ativo do ponto de vista da relação imediata com a paisagem. Dialoga também com a brasilidade no sentido de que o projeto paisagístico moderno e contemporâneo brasileiros refletem nossas questões sociais e ambientais (MACEDO, 2015). O parque possui três áreas principais: lazer (que abriga também um bosque contemplativo), esporte e institucional, contendo uma biblioteca e uma ETEC (ANEXO B). Foi erguido sobre uma terra manchada por violências contínuas que culminaram na chacina que traçou um marco na história do Brasil. Livros, filmes, músicas, divulgações midiáticas massivas por todo o país. A memória do

fato em si já tem se sustentado. No entanto, se tomarmos como exemplo a experiência do sufocamento da história da ditadura militar brasileira, pode-se perceber que memórias sem documentos acessíveis se desvanecem rapidamente.

O Parque da Juventude nasce em um país de contexto distinto ao da Argentina. O Brasil lidou com a memória de sua própria ditadura civil-militar de maneira mais silenciosa, e esse tipo de sobriedade histórica se reflete em diversos acontecimentos, incluindo o Massacre do Carandiru. O próprio contraste entre os nomes de ambos parques já dá indícios deste tipo de tratamento. Segundo Aflalo & Gasperini:

A valorização do entorno urbano do parque é evidente, principalmente pela simples troca de uma condição de exclusão e sofrimento como o presídio, por um espaço de inclusão e integração como o parque

(CALLIARI, 2007)

Um olhar atento percebe, no trecho, a palavra “troca”. Ruth Verde Zein, em sua análise do Parque da Juventude, informa que as ruínas e a muralha eram elementos que já se encontravam inacabados e imersos em vegetação antes da escolha paisagística que as envolve, tendo a vegetação apenas sido um pouco adensada e consolidada. Tanto Zein como Francine Sakata analisam o “passeio da muralha” (ANEXO B) como um lazer contemplativo que permite usufruir, em “vôo de pássaro”, a vista do parque e do rio que, inicialmente, pretendia-se requalificar. Em seu texto (CALLIARI, 2007), Aflalo & Gasperini mal citam as ruínas, colocadas pelas autoras Zein e Sakata como uma decisão paisagística de Rosa Kliass. O grande escritório cita, no entanto, um edifício que posteriormente seria utilizado como Museu de Memória do Carandiru: nunca inaugurado.

Em 2018, dez anos após a inauguração do parque e quase trinta anos após o massacre, um Espaço Memória Carandiru foi inaugurado dentro da ETEC. Segundo a então coordenadora do curso de Museologia da instituição, Cecília Machado, “o local apresenta uma série de objetos criados por eles [presidiários], mostrando a expressão artística e a criatividade dos detentos diante das limitações prisionais”. A memória é dedicada à “criatividade artística” dos presos nos “últimos anos do Carandiru”, de 1980 a 1990 (SOUZA, 2018). A memória preservada, portanto, não remonta ao massacre ou à politização e discussão do sistema prisional e carcerário, encerrando seu escopo temporal precisamente dois anos antes da chacina. Além disso, o local só é acessível sob visita agendada, limitando profundamente o fluxo e o acesso a esta memória. Pâmela Maria, uma

moradora do bairro de Santana que vive na região desde 2015, afirma que “[...] eu não sei onde fica o memorial com material que as pessoas presas produziam/escreviam etc. E acredito que seja um reflexo da falta de interesse em sinalizar que ele existe”.

Em entrevista, o arquiteto Ricardo Felipe Gonçalves, morador da Zona Norte desde a infância e especificamente em Jardim São Paulo há quatro anos, dá seu parecer, enquanto mestre e professor do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, e enquanto morador que experiencia o local desde criança. Primeiro, elogia o projeto do parque, dizendo que é excelente, e que o passeio contemplativo pelo bosque e pela muralha são muito bonitos, rendendo visuais incríveis (ANEXO B). Comenta que já passou pelas ruínas mais de uma vez. Indagado a respeito do potencial histórico do local, nega que haja. Diz que o local é mais tratado como cenário pelas pessoas, com ensaios fotográficos ou encenações medievais. O local foi literalmente usado como cenário pela série de televisão 3%, em uma fictícia cerimônia de iniciação das elites do enredo. Em visita de campo, de fato, o local das celas estava sendo usado para ensaios fotográficos de moda, e o alto das muralhas como lugar romântico ou de estudos. O arquiteto também argumenta que a memória ali contida derivaria mais do fato de os moradores se lembrarem do presídio e do massacre, e menos de uma influência do parque em si, e que logo as próximas gerações provavelmente não terão esta referência.

No entanto, a realidade se manifesta com contradições (WOOD, 1999). Mesmo dentro de uma realidade de hegemonia, o controle não é absoluto. E a presença de um lugar altamente frequentado, em cima de um local histórico, mantendo ruínas do edifício que ali se inseria, ao lado de um metrô homônimo ao famoso nome coloquial do presídio, coloca contradições importantes de serem analisadas.

Aqui entram outros momentos dos relatos e entrevistas. Em visita de campo, é notável que o parque não é frequentado majoritariamente por pessoas brancas. Dentro do contexto brasileiro onde 70% da população carcerária é negra, em sua maioria de baixa renda, este dado é importante. Ricardo Gonçalves afirmou, também, que a elitização do espaço não foi tão profunda, apesar de que um parque sempre valoriza uma região. Segundo ele, a presença de um conjunto habitacional nas imediações e a alta frequência destes moradores e de pessoas de baixa renda num geral, dado que é o único equipamento de esportes e lazer nas proximidades, afasta as elites locais para outros lugares, como o corredor verde da Brás Leme ou outros parques da cidade. De fato, uma moradora próxima à Brás Leme disse que não vai muito ao parque por considerá-lo “perigoso”. Ao visitar o

local, podem-se encontrar muitos moradores de rua usufruindo dos bancos e do espaço, o que sugere que não são expulsos. Gonçalves ainda afirma que muitos moradores de rua acessam os computadores da biblioteca, realidade bastante incomum na cidade de São Paulo. Este tipo de informação é relevante porque a identidade potencial aí contida diz respeito exatamente à população negra e pobre. Talvez, se o parque se tornasse majoritariamente branco e elitizado, de fato o potencial histórico do local fosse esvaziado, por não ter sentido identitário direto para apropriação.

Os dados relativos à preservação da memória são sugestivos. Amanda Daher, originária de Santo André, afirma que já sabia do parque e de seu significado desde antes de se mudar para Santana, em janeiro de 2019. Um grupo de discussões de assuntos esotéricos em sua cidade natal comentava a respeito do massacre e da construção do parque. Iam visitá-lo e falavam em más energias. Um dos integrantes chegou a dizer que deveriam demolir tudo para “transmutar as energias”. A fala sobre demolição é bastante significativa: a presença do monumento impacta e incomoda, e a “transmutação” apaga o desconforto daquela memória. O guarda do parque, Seu Pereira, também testemunhou que muitas pessoas têm medo de ir às ruínas por medo de “pegar encosto” ou pela energia ruim. Todas estas falas indicam que a preservação das ruínas neste local colaboram para a preservação da memória, e até para certa relação com o local, no caso uma relação mágica. No entanto, a relação mágica, e de medo, também indica que o impacto desta preservação nas pessoas, da maneira como é feita, num espaço de vazio contemplativo rodeado por muita vegetação e por nenhum programa social ou equipamento que elucide a situação, é de pertencimento passivo e, com isso, alienado (GUTIÉRREZ, 1989). Desta vez, não exatamente nostálgico como aponta Gutiérrez em seus exemplos, mas conectado à realidade brasileira de sincretismo religioso. Igualmente dissociativo, gera a sensação da incapacidade de agência sobre a história, e leva a uma impossibilidade de compreender que esta não é uma série de acontecimentos sobrenaturais a serem venerados ou temidos. Ao serem perguntados por que visitaram as ruínas, as respostas dos entrevistados variaram entre curiosidade, interesse na questão espiritual, vontade de saber o que foi preservado do presídio. Seu Pereira também sugeriu que as pessoas fossem ao Museu Penitenciário de São Paulo, pequena construção ao lado do parque, inaugurado em 2014, e que incentiva o sistema carcerário citando, em painéis, pensadores de criminologia do século XVIII. André Daher, irmão de Amanda, afirmou que não sabia do que tratavam as ruínas da primeira vez que foi ao parque: no entanto, apontou que descobriu lá a que remetiam. Isto também favorece o

pensamento de que, mesmo sem a tematização do parque, e mesmo sem grande sinalização como apontou Pâmela, ainda assim a presença da estrutura evoca sua memória. Em resposta à pergunta “Você acha que é importante manter o parque?”, Pâmela diz:

Sim porque, para além dos significados que a administração do parque dá, a população tem um grande peso, tanto de significados materiais (como a pichação na ETEC que faz menção aos fim das prisões) quanto a população pobre que frequenta o espaço, se diverte e ressignifica aquele chão.

Pâmela Maria, usuária do Parque, 2019

De fato, caminhando pelo passeio das celas, pôde-se observar uma pichação onde se lia “Lembre os mortos” (ANEXO B). Assim como no Parque da Memória, podem se destacar a concomitância contraditória de usos de lazer com relações ativas sobre a uma memória dura. Em última instância, num projeto de paisagismo, estas atividades não são contraditórias, senão condicionantes para que a memória seja vivida no espaço, em vez de esquecida em um monumento isolado.

Vale destacar, sobre o potencial político e democrático do Parque da Juventude que, conquanto elicie um pertencimento passivo propiciado pelas ruínas, não tem, em seu *projeto*, intenção de gerar pertencimento ativo. Isto é, não tem um projeto de quebrar com a alienação e fazer a população se responsabilizar por sua agência sobre o passado e sobre o futuro. Não há um “para que não se repita” explicitado. No entanto, a alta qualidade do projeto, já destacada, somada à facilidade de acesso e ao fato de que o parque não é muito elitizado, e a utilização efetiva das ruínas pelos usuários, torna-o terreno fértil inclusive para que um setor da população, já politicamente ativo, incida sobre o espaço, transformando-o em agente histórico, conforme disse Pâmela e conforme dizem as pichações.

Um exemplo deste tipo de apropriação, que nasce em uma situação de preservação histórica altamente enviesada e hostil às outras narrativas, é a iniciativa da Volta Negra em São Paulo (CANOFRE, 2018). A Volta Negra é uma caminhada pelo centro da cidade realizada pelo coletivo Cartografias Negras, que usa o patrimônio histórico do centro, inicialmente preservado para manter a memória das elites brancas, como itinerário da história negra, ali presente ainda que não seja explicitada em discurso, subsistindo nas frestas e nas contradições sociais que atravessam a história. Isto porque todo documento histórico que esteja em uso e acessível pode ser aproveitado para além do seu propósito inicial.

Para citar, novamente, Ramón Gutiérrez, a arquitetura e a paisagem da cidade não são feitas pelo traço de um grande arquiteto. O traço do grande arquiteto frequentemente passa por cima das criações das pessoas, elas sim criadoras de noção histórica, espacial e de pertencimento ativo. É a ação e criação das próprias pessoas sobre a cidade que gera identidade, história e movimento. História não é algo que se contemple, é algo que se faça.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ambos os projetos se relacionam com a difícil realidade das marcas do autoritarismo deixados pela colonização e consequente divisão internacional do trabalho (FERNANDES, 1972), cada um à sua maneira, de acordo com sua história. Ambos os parques mantêm em si parte desta história, e a análise de ambos pode trazer contribuições para o fazer e apreender na América Latina. A comparação dos projetos também nos ensina que nem tudo é apenas arquitetura. O projeto de Alberto Varas não é tão profundamente impactante porque seja um projeto estético e poético. O edital de chamada do Parque já continha o nome e o tema, explícito, que deriva de uma ação argentina por “não esquecer”. Por trás do projeto arquitetônico de Alberto Varas, existe um projeto social argentino que vem desde a resistência à ditadura, até a reconstrução democrática. Algozes foram publicamente punidos, em todas as patentes: os argentinos buscaram ajuda e repercussão internacional. Os assassinatos, torturas e desaparecimentos foram constantemente averiguados desde os primeiros anos de fim da ditadura. Um circuito de museus e de memoriais foram feitos antes daquele parque. O projeto do Parque veio acompanhado de um projeto educacional. Os alunos não só são levados ao parque, o que já é em si poderoso: mas aprendem sobre a ditadura em suas escolas, e nas ruas da cidade. Isto não diminui a necessidade do Parque da Memória; muito pelo contrário, fortalece-a. “Um monumento se pode retirar. Um parque, não”. De fato, um parque não se pode retirar, e a vitalidade e fluidez de um parque é uma grande potencial fonte de fluidez e vitalidade para um monumento, para uma história. Ambos os marcos são utilizados: no Parque da Memória, as pessoas seguem os nomes ao longo dos muros. No Parque da Juventude, as pessoas seguem os caminhos da muralha e das celas – algumas temem as más energias, ou têm curiosidade de ver o que sobrou. O que falta, no Parque da Juventude, é aquele Museu do Carandiru, visível e acessível; é um projeto de visita escolar; é uma cultura de debate em torno da situação desumana e racista do sistema carcerário brasileiro. Falta que o Parque de uma Juventude não nomeada fale

sobre os jovens Vítimas de Terrorismo de Estado. Um Estado racista. Na falta de um posicionamento institucional, as pichações e progressivamente outras pessoas vão se apropriando e ressignificando “aquele chão”.

REFERÊNCIAS

GUTIÉRREZ, Ramón. **Arquitetura Latino-Americana: textos para reflexão e polêmica**. Ed. São Paulo: Nobel, 1989.

ROMERO, José Luis. **Breve Historia de la Argentina**. 6ª Ed. Buenos Aires: Tierra Firme, 2001.

VARAS, Alberto. **Buenos Aires Metrópolis: estudio sobre modelos del espacio público durante los procesos metropolitanos intensivos**. 1ª Ed. Madrid e Buenos Aires: UBA, UP & GSD Harvard, 1997.

WAISMAN, Marina. **O Interior da História: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos**. 1ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Documento 1:

ARGENTINA. Lei 46 da Prefeitura de Buenos Aires, 21 de julho de 1998. **Parque de la Memoria**, Buenos Aires, julho de 1998.

Documento 2:

ARGENTINA. Resolução S3030/10, Senado Nacional. **Projeto de Resolução**, Buenos Aires, 2003.

ZEIN, Ruth Verde. **Rosa Kliass: desenhando paisagens, moldando uma profissão**. 2ª Ed. São Paulo: Senac, 2011

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

MACEDO, Sílvio Soares. **Quadro do Paisagismo no Brasil: 1783 – 2000**. 2ª Ed. São Paulo: Edusp, 2015

SAKATA, Francine; MACEDO, Sílvio Soares. **Parques Urbanos no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Edusp.

WOOD, Ellen Meiksins. **Em Defesa da História: Marxismo e Pós-Modernismo**. 1ª Ed. São Paulo: Zahar, 1999.

<https://nacoesunidas.org/relator-da-onu-condena-pratica-de-tortura-e-racismo-institucional-nos-presidios-brasileiros/>

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/27/politica/1475004354_366390.html

<https://acessajuventude.webnode.com.br/historia-do-carandiru/>

<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/14.162/5213?page=2>

https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/14/politica/1497471277_080723.html

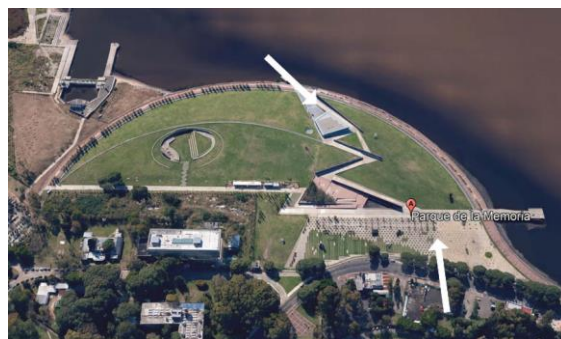
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/espaco-memoria-carandiru-e-inaugurado-em-sao-paulo>

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/do-largo-da-memoria-ao-paissandu-passeio-mapeia-historia-negra-em-sp.shtml>

ANEXO A – PARQUE DA MEMÓRIA



Projeto vencedor construído, implantado em meio aos equipamentos do passeio da orla de Buenos Aires. Imagem: Google Earth



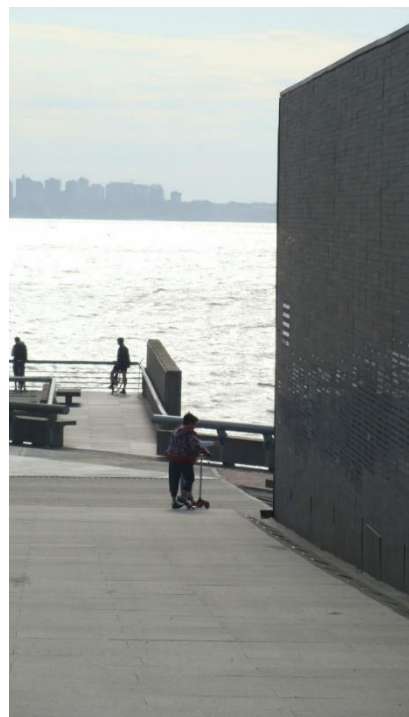
Acessos ao Parque da Memória às Vítimas de Terrorismo de Estado. Imagem: Google Earth.



*Escultura de Marie Orensanz,
Parque da Memória, Buenos
Aires, Argentina*



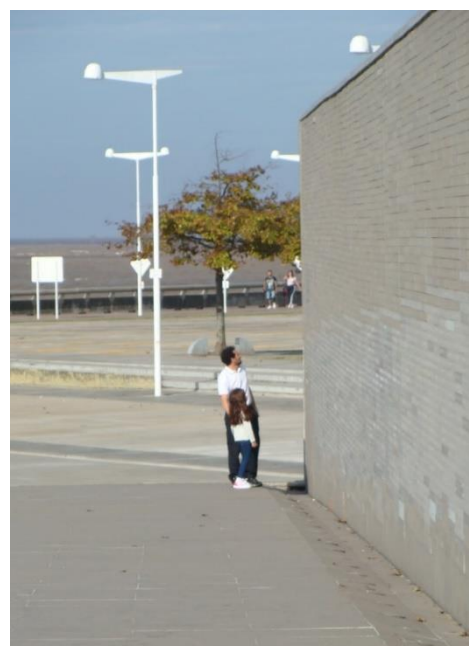
Praça com espelho d'água



*Crianças de patinete adentram
parque rampa acima*



Visitantes e suas diversas atividades



*Homem e criança leem nomes nas
paredes*

ANEXO B – PARQUE DA JUVENTUDE



Entrada, setor institucional



Gramados, predominantemente onde os entrevistados mais frequentam



Passeio da Muralha, contato com a estrutura de aço



Passeio da Muralha, contato direto com o monumento



Vazio, cinza, próximo à Muralha sendo apropriado pela cor.



Passeio das celas



Ensaio fotográfico nas celas



Pichação nas celas, onde se lê "lembre os mortos".